



ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO LIVRO DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ACARAPE, CEARÁ

Antônio Roberto Xavier¹

Antônio Leonardo Moreira de Aquino²

Júlio César Lopes de Oliveira³

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar o conteúdo sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana constante no livro didático de Ensino de Jovens e Adultos, no 2º segmento do ensino fundamental, etapa V, com comentários à Lei nº 10.639/2003. O estudo ocorreu na Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental Francisco Rocha Ramos, em Acarape, Ceará. Pressupõe-se que o ensino-aprendizagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem sido sempre uma das questões cruciais para a Educação Básica, especificamente para a Educação de Jovens e Adultos, cujo corpo discente é composto por sujeitos sociais que estão fora de faixa etária e há considerável tempo distantes do ensino formal, os quais carregam consigo, porém, um significativo arcabouço de experiências ou aprendizagens não formais. Por essa e outras razões, concebe-se que essa modalidade de educação requer abordagem didático-pedagógica diferenciada que se adéque à realidade do discente jovem ou adulto.

Palavras-chave: ensino; história; cultura afro-brasileira; EJA; Acarape-CE.

TEACHING HISTORY, AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN CULTURE IN THE DIDACTIC BOOK OF YOUTH AND ADULT EDUCATION: STUDY AT A PUBLIC SCHOOL IN ACARAPE, CEARÁ

Abstract: This article aimed to analyze the content of Afro-Brazilian and African History and Culture in the textbook of Youth and Adult Education, in the 2nd segment of elementary education, stage V, with comments to Law 10.639/2003. The study took place at the Municipal Public School of Basic Education Francisco Rocha Ramos, in Acarape, Ceará. It is assumed that the teaching-learning of Afro-Brazilian and African History and Culture has always been one of the crucial issues for basic education, specifically for the education of young people and adults, whose student body is composed of social subjects that are outside of and there is considerable time away from formal education, but carries with it a significant framework of non-formal learning or experience. For this and other reasons, it is conceived that this modality of education requires differentiated didactic-pedagogical approach that fits the reality of the young or adult student.

Key-words: teaching; history; afro-brazilian culture; EJA; Acarape-CE.

¹ Professor Permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) e Professor do Curso de Graduação em Administração Pública presencial, ambos da UNILAB.

² Bacharel em Humanidades e graduando em História pela Unilab.

³ Bacharel em Humanidades e graduando em História pela Unilab.



ENSEIGNEMENT DE L'HISTOIRE, DE LA CULTURE AFRO-BRÉSILIENNE ET AFRICAINE DANS LE LIVRE DIDACTIQUE SUR L'ÉDUCATION DES JEUNES ET DES ADULTES: ÉTUDE DANS UNE ÉCOLE PUBLIQUE À ACARAPE, CEARÁ

Résumé: Cet article visait à analyser le contenu sur l'histoire et la culture afro-brésilienne et africaine dans le manuel de l'éducation des jeunes et des adultes, dans le deuxième segment de l'enseignement élémentaire, étape V, avec des commentaires sur la loi 10.639/2003. L'étude a eu lieu à l'école municipale d'éducation élémentaire Francisco Rocha Ramos, à Acarape, Ceará. On suppose que l'enseignement-apprentissage de l'histoire et de la culture afro-brésilienne et africaine a toujours été l'une des questions cruciales pour l'éducation de base, en particulier pour l'éducation des jeunes et des adultes, dont le corps étudiant est composé de et il y a un temps considérable à s'écarter de l'éducation formelle, mais cela comporte un cadre significatif d'apprentissage ou d'expérience non formels. Pour cette raison et pour d'autres, on conçoit que ce type d'éducation nécessite une approche didactique-pédagogique différenciée qui correspond à la réalité de l'étudiant jeune ou adulte.

Mots-clés: enseignement; histoire culture afro-brésilienne; EJA; Acarape-CE.

ENSEÑANZA DE HISTORIA, CULTURA AFRO-BRASILEÑA Y AFRICANA EN EL LIBRO DIDÁCTICO DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: ESTUDIO EN UNA ESCUELA PÚBLICA MUNICIPAL DE ACARAPE, CEARÁ

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo analizar el contenido sobre Historia y Cultura Afro-Brasileña y Africana constante en el libro didáctico de Enseñanza de Jóvenes y Adultos, en el 2º segmento de la Enseñanza Fundamental, etapa V, con comentarios a la Ley nº 10.639/2003. El estudio ocurrió en la Escuela Francisco Rocha Ramos, en Acarape, Ceará. Se supone que la enseñanza-aprendizaje de la Historia y Cultura Afro-Brasileña y Africana ha sido siempre una de las cuestiones cruciales para la Educación Básica, específicamente para la Educación de Jóvenes y Adultos, cuyo alumnado está compuesto por sujetos que están fuera del grupo de edad y hace mucho tiempo lejos de la enseñanza formal, los cuales llevan consigo, no obstante, un significativo bagaje de experiencias o aprendizajes no formales. Por esa y otras razones, se concibe que esa modalidad de educación requiere abordaje didáctico-pedagógico diferenciado que se adecue a la realidad del discente joven o adulto.

Palabras clave: enseñanza; la historia; cultura afro-brasileña; EJA; Acarape-CE.

INTRODUÇÃO⁴

O estudo apresentado neste artigo tem por objetivo principal analisar o conteúdo que trata do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contemplado em dois livros didáticos da coleção *Saberes da vida, saberes da escola*:

⁴ Esta pesquisa foi fomentada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).



Educação de Jovens e Adultos (EJA), no 2º segmento do Ensino Fundamental, etapa V. A pesquisa ocorreu na Escola de Ensino Fundamental (EEF) Francisco Rocha Ramos, situada à rua Frota Gonçalves Lopes, nº 92, no município de Acarape, Ceará (CE). Vislumbra-se que o ensino-aprendizagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem sido uma das questões cruciais para a Educação Básica, especificamente para a EJA, cujo corpo discente é composto por sujeitos sociais que estão fora de faixa etária e há considerável tempo distantes do ensino formal, os quais, porém, carregam consigo um significativo arcabouço de experiências ou aprendizagens não formais.

Por essa e outras razões, concebe-se que a EJA é uma modalidade de ensino-aprendizagem que requer uma abordagem didático-pedagógica diferenciada, que se adéque à realidade do discente e/ou adulto. Desse modo, a aquisição de conhecimento com fundamento em saberes populares da realidade cotidiana dos alunos da EJA se contrapõe à tentativa do ensino-aprendizagem com base em conteúdos abstratos e/ou alheios ao mundo concreto dos educandos para além dos livros didáticos.

O debate sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo geral, tem sido uma temática constante e intensa nas últimas décadas, sobretudo com a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Medida Provisória (MP) nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Esses dispositivos buscam reconhecer e legitimar as lutas históricas do movimento negro desde as décadas de 1980-1990, que, além disso, “[...] reivindicam] que a questão racial deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social” (Gomes, 2011, p. 111).

É fato que nas últimas décadas as reivindicações de movimentos negros pelo reconhecimento e equidade social têm consolidado visibilidade, especialmente com o advento da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a inclusão obrigatória do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais das redes de ensino. Para tanto, faz-se necessária uma abordagem mais consistente,



englobando a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana. De certo modo, esses dispositivos têm agregado renovações e inovações historiográficas significativas referentes à introdução de conteúdos curriculares voltados para essa temática.

Todavia, faz-se mister analisar em quais perspectivas o conteúdo dos livros didáticos tem abordado a temática e quais têm sido os procedimentos metodológicos empregados para trabalhar o assunto em sala de aula da EJA. A alusão aos livros didáticos é imprescindível, por serem concebidos como fontes de pesquisa histórica e apresentarem-se como instrumentos indispensáveis para o conhecimento do acervo cultural da humanidade, além de serem instrumentos propícios de estímulo à crítica e à reflexão da realidade. Lembrando que comumente as características dos livros didáticos são: o caráter pedagógico adequado tratando de diversos assuntos interdisciplinarmente; a existência obrigatória de exercícios; a apresentação de revisão ou resumo a cada capítulo e/ou seção; e a disposição de gravuras de acordo com a faixa etária discente.

No Brasil, reconhece-se que houve e ainda há um histórico déficit no âmbito da educação em suas variadas esferas. Em razão disso e tentando reparar esse fatídico déficit, amplas e diversificadas transformações em estatutos, normas, leis e diretrizes, sobretudo após a instalação do Estado Democrático de Direito, consolidado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, têm sido efetivadas. Especificamente quanto à EJA, é válido ressaltar que, desde os primeiros colonizadores e da primeira Constituição outorgada no Brasil no governo imperial (1824), várias demandas têm sido direcionadas para as questões que envolvem a EJA.

É importante ressaltar que, para a construção deste trabalho de pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos pertinentes. No tocante à sua natureza, este texto corresponde a uma pesquisa básica, pois traz à tona novos conhecimentos úteis, porém não exige parâmetro intervencionista de se seguir uma realidade a partir de então (Gil, 2008). No tocante ao tipo, esta pesquisa pode ser enquadrada como descritivo-exploratória, uma vez que, além de descrever uma realidade concreta e constatada, explora fatos novos de uma realidade abordada especificamente (Severino, 2013). Relativamente à abordagem, este estudo primou pela qualitativa, por ter procurado debruçar-se sobre práticas educacionais de uma dada realidade social, o que é próprio das



pesquisas no âmbito das Ciências Sociais (Chizzotti, 2011). O procedimento técnico adotado foi o estudo de caso, com a escolha do estudo dos Ciclos IV e V da EJA em uma escola municipal do município de Acarape-CE. Como técnicas para gerações de dados, recorreu-se a observações diretas e análise de conteúdo de dois livros didáticos.

Esta pesquisa está composta por quatro seções. Na primeira, pertinente a esta Introdução, apresentam-se os objetivos da investigação em si, demonstrando o público-alvo do projeto e como se dará o desenvolvimento do estudo. Na segunda, faz-se uma abordagem sobre a EJA: conceitos, contextos e perspectivas. Na terceira, analisam-se os conteúdos de dois livros didáticos empregados pela Escola Francisco Rocha Ramos à luz da Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos livros didáticos. Por último, apresenta-se a Conclusão, em que se dispõem os desafios a serem enfrentados pela escola e professores para que ocorra a efetivação da Lei nº 10.639/2003, não só quanto à abordagem dos conteúdos referentes à Cultura Afro-Brasileira e Africana nos livros didáticos, mas também quanto ao sentimento de pertença por parte dos sujeitos que compõem essa modalidade de ensino.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEITOS, CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

A EJA está referenciada a um marco histórico desde os anos de 1920 a 1930, período marcado por mudanças político-econômicas e pelo processo industrial vivenciado então pelo país. Por conseguinte, foi nesse período que se iniciou um movimento contra o analfabetismo, mobilizado por organizações sociais e civis. Esse movimento, a partir sobretudo da década de 1930, ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação. A partir desse marco, a EJA ganhou visibilidade na história da educação do país.

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30. (Paiva, 1983, p. 168).

Como processo de profundas mudanças na área educacional, pode-se citar a criação do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), que significou a ampliação da



rede escolar, pois até então a educação era ligada à igreja, passando, a partir desse período, a ser responsabilidade direta do MEC, ou seja, aconteceu uma ruptura entre igreja e Estado também em relação à educação. Essas transformações intensificaram-se quando Gustavo Capanema Filho esteve à frente do MEC. Capanema ficou conhecido principalmente como o ministro que apoiou os arquitetos modernistas na construção do edifício do Ministério da Educação no Rio de Janeiro e também como sendo o responsável por todas essas reformas da educação secundária brasileira. Ressalte-se que Capanema, então ministro de educação, criou o Plano Nacional de Educação, instituído na Constituição de 1934, estabelecendo como dever do Estado o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (Schwartzman; Bomeny, 1984).

A partir desse momento, a educação escolar no país passou a ser considerada um sustentáculo do progresso e desenvolvimento da pátria. Naquele período, o analfabetismo era compreendido como um “mal e uma doença nacional” e os iletrados eram tidos como “incivilizados, preguiçosos, ignorantes e incapazes”. Ante tal cenário, era indispensável, então, o domínio da leitura e da escrita para o entendimento e para, com isso, pôr em prática as emergentes técnicas de produção industrial que vinham se desenvolvendo.

Apesar dos esforços empreendidos pelas políticas educacionais da década de 1930, a educação ainda continuava a atender maciçamente aos interesses das classes dominantes. No que diz respeito à alfabetização de jovens e adultos, sobretudo daqueles indivíduos oriundos da zona rural, continuou de forma dilemática e desafiadora, sem o devido alcance das políticas públicas educacionais necessárias e indispensáveis. Sua efetivação levaria muito mais tempo, passando pelos esforços da educação popular e dos movimentos sociais em direção a um projeto mais consolidado, que somente veio a acontecer com o advento da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996.

As muitas mudanças ou tentativas de mudanças foram realizadas com relação à modalidade EJA visando solucionar obstáculos no âmbito dessa modalidade de ensino. Todavia, o marco mais significativo referente a essa realidade materializou-se na vigente LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, notoriamente em seu



artigo 37, o qual define categoricamente a EJA e busca assegurar o ensino público, igualitário, acessível e inclusivo:

A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos da idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O texto constitucional deixa claro que o poder público não somente deve assegurar gratuitamente o ensino público aos jovens e adultos que, por razões diversas, não puderam realizar seus estudos na idade regulamentar, como também “[...] viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola”. Nesse sentido, no tocante à organização curricular e dos materiais didático-pedagógicos em relação ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira da EJA, a Resolução nº 438/2012, do Conselho Estadual de Educação do Ceará, no capítulo VII, artigo 10, expressa:

A proposta curricular na modalidade EJA deve focalizar o sujeito em suas relações com o conhecimento, com o professor e outros educandos, afirmando sua capacidade de organizar a própria aprendizagem em diferentes situações didáticas, respeitando sua experiência e identidade cultural, bem como os ‘saberes construídos pelos seus afazeres’. Essa perspectiva de organização curricular requer [...]: IV) o ensino de História que considerará as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Embora a redação do texto constitucional e de seus adeptos sobre a promoção da EJA não deixe dúvida quanto a um ensino público gratuito de qualidade e permanente sobre a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, a realidade dessa modalidade de ensino tem enfrentado barreiras atinentes à sua exequibilidade satisfatoriamente. Isso porque historicamente a educação brasileira apresenta um sistema de reprodução no qual tem prevalecido a passividade do aluno diante de um modelo de ensino pautado na teoria inaplicável e desvinculada da prática e da práxis pedagógica profundamente conservadora de uma cultura eurocêntrica implantada.



Visando modificar e transformar esse quadro da EJA, necessitamos que ela seja compreendida não somente como uma alternativa de alfabetização de seus protagonistas, mas de capacitação e qualificação desses sujeitos para o mundo do trabalho e para a emancipação humana. Para tanto, faz-se mister quebrar alguns mitos ou tabus pertinentes à clientela dessa modalidade de ensino que postulam que tais indivíduos são incapazes de desenvolver habilidades e competências compatíveis com as exigências do mundo contemporâneo.

É possível se conceber que a EJA tem um papel fundamental no impulso do conhecimento, podendo transformar a vida de muitos jovens e adultos, inclusive possibilitando a inclusão no mundo do trabalho. Além do mais, a EJA deve ser vista como uma modalidade de educação cujo potencial de aprendizagem pode transformar os sujeitos participantes dela sanando dúvidas, medos e questões, permitindo o desenvolvimento intelectual e profissional desses sujeitos sociais.

Com a finalidade de suscitar alternativas para atender às demandas que permeiam os discentes da modalidade EJA em relação ao ensino de uma História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, existe a necessidade imprescindível de uma abordagem didático-pedagógica diferencialmente voltada para os saberes populares que fazem parte da realidade cotidiana do aluno. “Porém, o que se tem percebido, na maioria das vezes, é um ensino desvinculado da realidade do educando adulto [...], com conteúdos estanques que geram apenas um conhecimento abstrato, o que pode estar relacionado aos crescentes índices de evasão escolar” (Cavaglier, 2011, p. 13-14).

ANÁLISE DOS CONTEÚDOS SOBRE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA DE DOIS LIVROS DIDÁTICOS DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO ROCHA RAMOS

BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA FRANCISCO ROCHA RAMOS

A instituição hoje denominada Escola de Ensino Fundamental Francisco Rocha Ramos (Figura 1), situada à rua Frota Gonçalves, nº 92, foi fundada no ano de 1979 na administração do prefeito Ermani Jacó, em um terreno doado pelo Sr. Antonio

Vieira, sendo inaugurada em 19 de dezembro de 1981 com o nome de Centro de Educação Rural (CERU).

Figura 1. Fachada da Escola Francisco Rocha Ramos



Fonte: Acervo próprio (2016).

No referido período, funcionava um projeto chamado “Casulo e uma classe de alfabetização”. Nos anos seguintes, iniciou-se o 1º grau menor, quando a instituição passou a ser denominada de Unidade Escolar Antonio Vieira, até 1992, em homenagem ao seu patrocinador, que prodigamente doou uma área ampla e fértil para sua edificação.

Já em anos posteriores, a instituição passou a ser chamada de Unidade Escolar Francisco Rocha Ramos, sendo o antigo prédio destinado a uma Unidade Mista de Saúde. No ano de 2005, empreendeu-se uma reforma, em que se realizaram a ampliação de suas salas de aula, a construção de muros, a criação de pinturas e a implantação de quadros de giz. Atualmente a Escola Francisco Rocha Ramos situa-se à rua Frota Gonçalves Lopes, nº 92, em Acarape (CE), contando com Ensino Fundamental regular e também com uma turma de EJA (Acarape, 2012).



ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

A alusão aos livros didáticos é imprescindível, pois são concebidos como fontes de pesquisa histórica e apresentam-se como instrumentos indispensáveis para o conhecimento do acervo cultural da humanidade, ademais de sua característica como instrumento propício de estímulo à crítica e à reflexão da realidade. Além de auxiliar o professor na tarefa de mediar o saber historicamente adquirido pela sociedade, ajuda a democratizar e socializar o conhecimento elaborado, abrindo a possibilidade à crítica dessa herança e ao desenvolvimento de novos saberes por parte dos estudantes. Por conseguinte, a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar da História da África e da Cultura Afro-Brasileira deu visibilidade e importância a uma história que não é apenas do negro, mas da própria constituição desta nação, visto que o estudo da História da África na educação brasileira tem sido de fundamental importância escolar tanto para a formação e a superação do racismo quanto para a formação de cidadãos.

O livro didático, por vezes, pode trazer consigo conteúdos que distorcem a realidade dos educandos, especificamente dos negros, fazendo com que esse segmento tenha grande índice de exclusão e de reprovação escolar, ou seja, a escola, não raro, desenvolve um ritual pedagógico inadequado à realidade desses discentes.

O silêncio dos professores perante as situações impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como está contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (Cavalleiro, 2005, p. 32-33).

Os livros didáticos sobre os quais se realizou a análise eram utilizados pela escola na turma de EJA, pertencentes à coleção *Saberes da vida, saberes da escola: Educação de Jovens e Adultos*. Tal análise teve como objetivo avaliar o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana de tais materiais.

Essa análise considerou a identificação das imagens/representações da população negra brasileira apresentadas nos livros didáticos de História que estavam em uso na escola onde se desenvolveu a pesquisa. Como é sabido, o livro didático é apresentado

como uma das ferramentas no processo de socialização das crianças, sobretudo como veículo condutor de linguagem simbólica, tendo em vista o fato de que os seres humanos inserem-se em um sistema de signos, que é a linguagem. Esse sistema tem na linguagem visual um dos elementos modeladores do pensamento, das emoções, dos esforços e dos atos dos indivíduos.

A análise seguiu um roteiro a partir dos critérios de seleção de livros do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD/EJA), adquiridos e distribuídos pelo MEC para todo o país por intermédio do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na análise, além das observações das imagens que representavam a população negra, consideraram-se também os dados de identificação dos livros, em especial dos conteúdos ligados ao campo da História, da seleção de conteúdos e da articulação do ensino e dos temas abordados e articulados de acordo com procedimentos metodológicos empregados para trabalhar o assunto em sala de aula na EJA.

Além disso, selecionaram-se as características comuns dos livros didáticos, como: o caráter pedagógico adequado tratando de diversos assuntos interdisciplinarmente; a existência obrigatória de exercícios; a apresentação de revisão ou resumo a cada capítulo e/ou seção; e a disposição de gravuras de acordo com a faixa etária discente.

RELAÇÃO DOS CONTEÚDOS TRABALHADOS

Inicialmente realizou-se a identificação dos livros da coleção *Saberes da vida, saberes da escola: Educação de Jovens e Adultos* (Figura 2), que tem Kátia Trovato Teixeira como sua editora responsável, destinados aos 6º e 9º anos do Ensino Fundamental II da EJA, publicados em 2013, sendo analisada a 1ª edição, a qual fazia parte então do PNLD da EJA, como mostra o quadro catalográfico adiante.

Quadro 1. Catalogação dos livros analisados

Coleção Ensino Fundamental EJA – 8º e 9º anos	Editora	Editora-chefe
---	---------	---------------

<i>Saberes da vida, saberes da escola: ensino integrado: livros-texto</i>	São Paulo: Ática, 2013	Kátia Trovato Teixeira
---	------------------------	------------------------

Fonte: Elaboração própria (2016).

Analisando-se o conteúdo abordado nos 8º e 9º anos da escola investigada, percebeu-se que a instituição, para ministrar as aulas de EJA, utilizava os livros didáticos retratados a seguir.

Figura 2. Imagem dos livros de Kátia Trovato Teixeira



Fonte: Teixeira (2013).

Quadro 2. Conteúdos trabalhados nos Módulos I e II de História no livro do 8º ano: Saberes da vida, saberes da escola, de Kátia Trovato Teixeira

Livro do 8º ano: Saberes da vida, saberes da escola – Quadro de conteúdos			
Módulo I		Módulo II	
Capítulo I	O trabalho e a sobrevivência na História	Capítulo I	Relações de trabalho no Brasil no século XIX - Exploração do escravo africano
Capítulo II	A exploração do trabalho humano na História	Capítulo II	Relações de trabalho no Brasil no século XIX - Populações indígenas no Brasil - Escravidão indígena



Capítulo III	Relações de trabalho - Relações históricas	Capítulo III	As relações de trabalho no Brasil nos séculos XIX e XX - Introdução do sistema de trabalho livre
--------------	--	--------------	--

Fonte: Elaboração própria (2016).

A educadora utilizava os dois livros como apoio didático para ministrar as aulas. Houve momentos em que os alunos não levaram os livros para casa, deixando, assim, para estudarem somente na escola. Os discentes afirmaram que os livros eram pesados, deixando-os, por isso, na escola.

Quadro 3. Conteúdos trabalhados nos Módulos I e II de História no livro do 9º ano: *Saberes da vida, saberes da escola*, de Kátia Trovato Teixeira

Livro do 9º ano: <i>Saberes da vida, saberes da escola</i> – Quadro de conteúdos			
Módulo I		Módulo II	
Capítulo I	Relações entre sociedade e natureza na História	Capítulo I	Exploração econômica da natureza na História colonial brasileira
Capítulo II	Sociedades da América e suas relações históricas com a natureza	Capítulo II	História, meio ambiente e sociedades indígenas
Capítulo III	História das cidades brasileiras e suas relações com o meio ambiente	Capítulo III	Desenvolvimento econômico e meio ambiente na História brasileira

Fonte: Elaboração própria (2016).

Devido à presença do projeto de bolsa de pesquisa fomentado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), com parceria da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), teve-se como proposta geral avaliar como estava acontecendo o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana a partir do conteúdo dos livros didáticos da EJA. Para tal, iniciaram-se várias intervenções para que houvesse uma preocupação maior com o Ensino de História Afro-Brasileira, de modo a analisar seus conteúdos, comparando com o que recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim, buscaram-se novos recursos, com a permissão do educador, a fim de abordar a temática e de despertar sentimentos de pertença nos alunos.

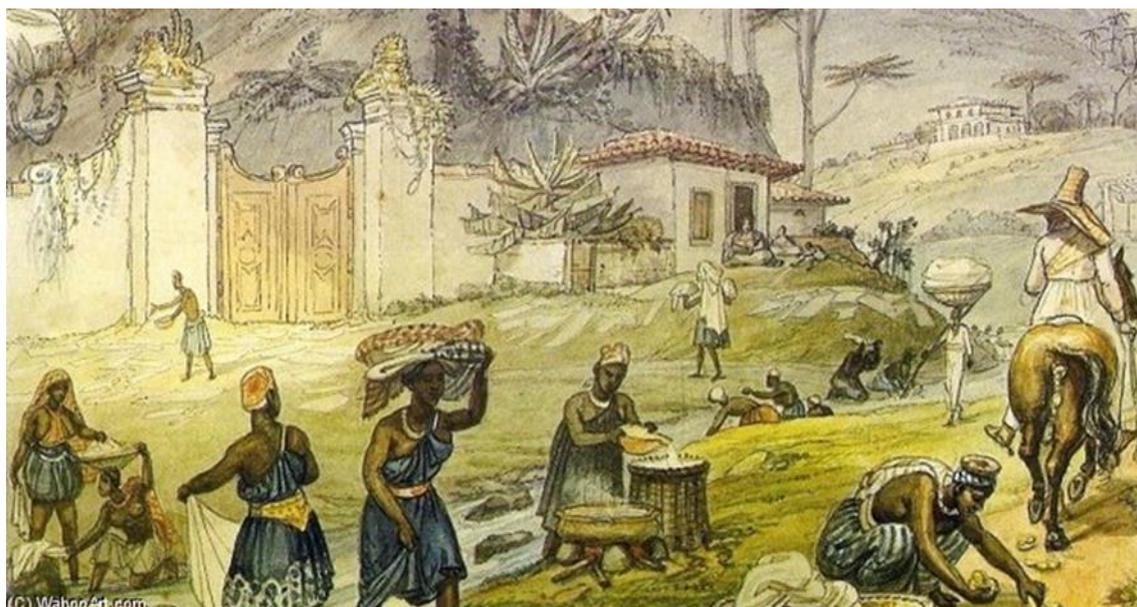
Com base nas interferências com outras opções de pesquisa em sala de aula sob a orientação do educador, na tentativa de desenvolver atitudes e competências

fundamentais, empreenderam-se atividades com apoios metodológicos, como: o *Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro* – com atividades em sala propondo intervenções pedagógicas visando à superação do racismo no cotidiano escolar (Rocha, 2006).

A partir de então, analisaram-se os livros de forma geral, identificando especificamente a disciplina de História trabalhada nos livros de 8º e 9º anos. Dentre os assuntos abordados nos materiais, pôde-se encontrar no Módulo I do livro do 8º ano: “O trabalho e a sobrevivência na História”, o qual assinala que ainda há pessoas que lutam para ter melhores condições de vida em pleno século XXI, assim como no passado o homem tentou superar todas as dificuldades que surgiam no transcorrer de sua vida.

O livro demonstra que o desenvolvimento da inteligência humana possibilitou o surgimento de um mundo em que o homem cria explicações, lendas, histórias, músicas e desenhos, os quais modelam o universo cultural, esclarecendo seu modo de viver. Uma das imagens desse livro chamou a atenção, *Lavadeiras à beira-rio, século XIX* (Figura 3), de Jean-Baptiste Debret, pois nela encontram-se mucamas lavando roupas à beira-rio; atualmente tal prática ainda é possível de ser encontrada no interior do Brasil, a qual está muito relacionada com a falta de recursos, sobretudo pela classe menos favorecida.

Figura 3. Lavadeiras à beira-rio



Fonte: Jean-Baptiste Debret (século XIX).

Além da exploração do trabalho humano na História, outros assuntos também são abordados no livro em questão, como: relações de trabalho e relações históricas; nesta parte, faz-se uma abordagem sobre as relações de trabalho no Brasil no século XIX, descrevendo como se deu a exploração do escravo africano e das populações indígenas.

Foi possível perceber a forma segundo a qual os livros analisados abordam a comparação entre a sociedade e a natureza na História; as sociedades da América e suas relações históricas com a natureza; a História das cidades brasileiras e suas relações com o meio ambiente; a exploração econômica da natureza, do meio ambiente e das sociedades indígenas. Com essa análise, os livros utilizados trazem assuntos de fácil entendimento, mas, no que se referem à Lei nº 10.639/2003, estão um pouco fora do contexto que pede a legislação, tendo em vista que tais assuntos deveriam fazer parte do cotidiano escolar, ou seja, temas que os discentes pudessem perceber em seu dia a dia. Nesse sentido, são cabíveis as seguintes reflexões:

[...] por que a Lei ainda não é discutida como deveria nas escolas? O que as instituições formadoras das/os professoras/es têm a ver com esta situação? Quais identidades estão sendo construídas ou afirmadas a partir do que vem sendo mostrado e trabalhado no espaço escolar? E o que dizem as atitudes e comportamentos da maioria dos profissionais das escolas sobre as diversidades brasileiras? Não precisamos sublinhar a premissa de que nem a escola nem a sociedade estão preparadas para discutir a questão da diversidade cultural no que tange afrodescendentes, indígenas e outras pessoas definidas como sendo diferentes nos espaços escolares, sendo que suas relevantes contribuições acabam sendo anuladas diante do silenciamento; práticas cujas manifestações são evidentes para quem quer ver porque permeiam todas as realidades nossas cotidianas. São assim porque nos fazem o que somos – o Brasil de tantas culturas, tantos povos e de tantas realidades existentes e possíveis. (Alves; Bokari, 2016, p. 437).

Com efeito, visando minimizar essa fissura, o docente precisa recorrer a outros materiais, ou até mesmo a pessoas que dominem o tema pertinente ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para que possa realizar sua aula de forma a promover um real aprendizado sobre a questão étnico-racial tanto no sentido global como no sentido local.



No que diz respeito à análise dos livros didáticos no transcorrer da pesquisa, foram desenvolvidas atividades de intervenção dentro da escola, como leitura de poemas que retratavam o negro brasileiro. Por meio dessas leituras, tentou-se criar possibilidades de sensibilização dos alunos quanto ao trato da questão racial. Através das várias manifestações artísticas, os discentes foram levados a estudos, debates e reflexões. As atividades desenvolvidas junto aos estudantes foram trabalhos que mostravam com mais clareza a questão da cultura afro-brasileira não só no âmbito geral como também no âmbito local. Mediante as atividades aplicadas, foi possível avaliar que os educandos, ao participarem delas, identificaram-se com o conteúdo, podendo, assim, desenvolver uma postura mais consciente em relação à Cultura Afro-Brasileira, bem como conhecer e analisar criticamente e perceber que a cor da pele pode influenciar cultural e socialmente as relações raciais.

Outro momento ímpar da pesquisa foi o Dia da Consciência Negra, quando a escola promoveu várias atividades complementares. A turma da EJA, com o auxílio do educador, saiu a campo com uma proposta de atividade-entrevista com um simples roteiro de perguntas. O trabalho de campo desenvolveu-se no entorno da escola, onde os alunos entrevistaram pessoas da própria comunidade numa abordagem dialógica, buscando descobrir a opinião delas sobre preconceito racial no Brasil e se sofriam alguma forma de preconceito devido à cor de sua pele, como confirmaram os resultados da entrevista (Figura 4).

A pesquisa de campo propôs uma reflexão sobre a contribuição real do povo negro para a sociedade brasileira, visto que a escola investigada insere-se num município que tem em seu contexto histórico toda uma realidade vinculada à escravidão e, ao mesmo tempo, à libertação dos escravos, o município de Redenção (CE). Com isso, foi possível demonstrar o pluralismo racial e cultural brasileiro.

A partir dos resultados das entrevistas, juntamente com os alunos numa roda de conversa, buscou-se incentivar a troca de conhecimentos e as experiências em campo, trazendo para a sala de aula o conhecimento sobre a cultura afrodescendente no seu dia a dia e o que eles acharam sobre as respostas dos entrevistados em relação ao preconceito no Brasil, especificamente na cidade de Redenção (CE).

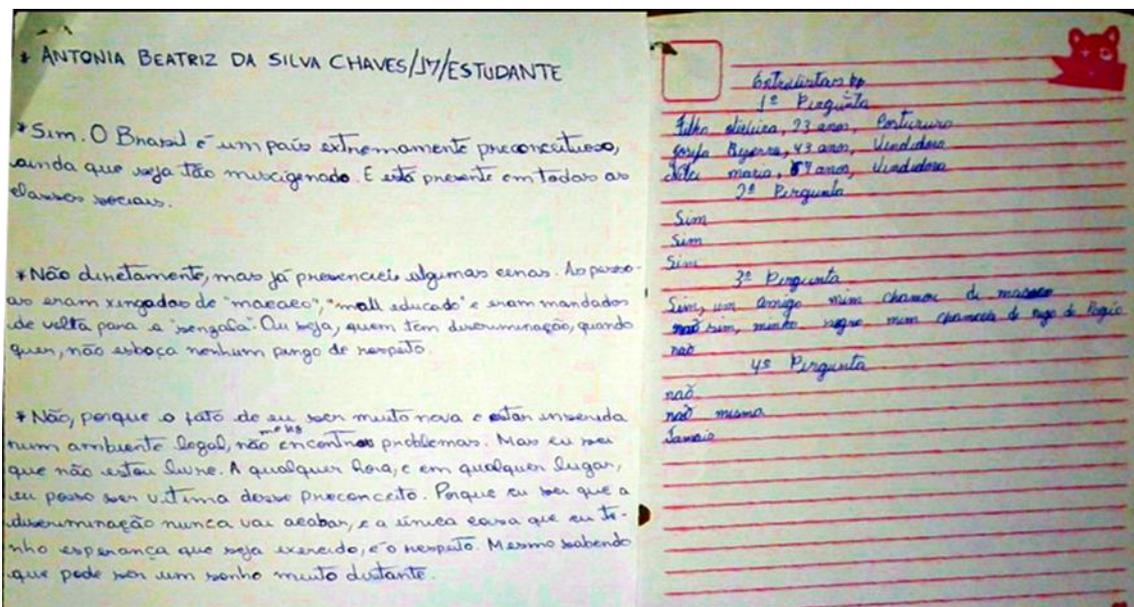


Ao se falar da seriedade desse processo no cotidiano em sala de aula, recorre-se a Souza (2006, p. 7), quando diz que:

Trazer para a sala de aula a História da África e do Brasil africano é, antes de mais nada, fazer cumprir nossos objetivos como educadores: refletir sobre a discriminação racial e sexual, valorizar a diversidade étnica, gerar debate, estimular valores de comportamentos de respeito, de solidariedade, de tolerância. Além disso, mais especificamente, é a oportunidade de levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem particularmente a população negra, afro-brasileira e afrodescendente.

Partindo dessa premissa, o educador, ao realizar esses debates, dá oportunidade aos sujeitos envolvidos de desvendarem sua própria cultura, reconhecendo no outro uma parte de si mesmos, valorizando suas raízes culturais. Para tanto, é necessário despertar a curiosidade e interesse dos discentes no que concerne aos materiais, artefatos, artes e patrimônios representativos da cultura afro-brasileira, tais como: culinária, plantas medicinais, ritos, mitos, lendas, artesanatos, danças, músicas, literaturas, modos, costumes e religiosidades presentes no arcabouço cultural brasileiro.

Figura 4. Resultados da atividade-entrevista de campo



Fonte: Acervo próprio (2016).

Já em sala de aula, em outros encontros, foi desenvolvida outra atividade proposta no livro *Almanaque pedagógico*, com o tema “Projeto recriando” (Rocha, 2006),

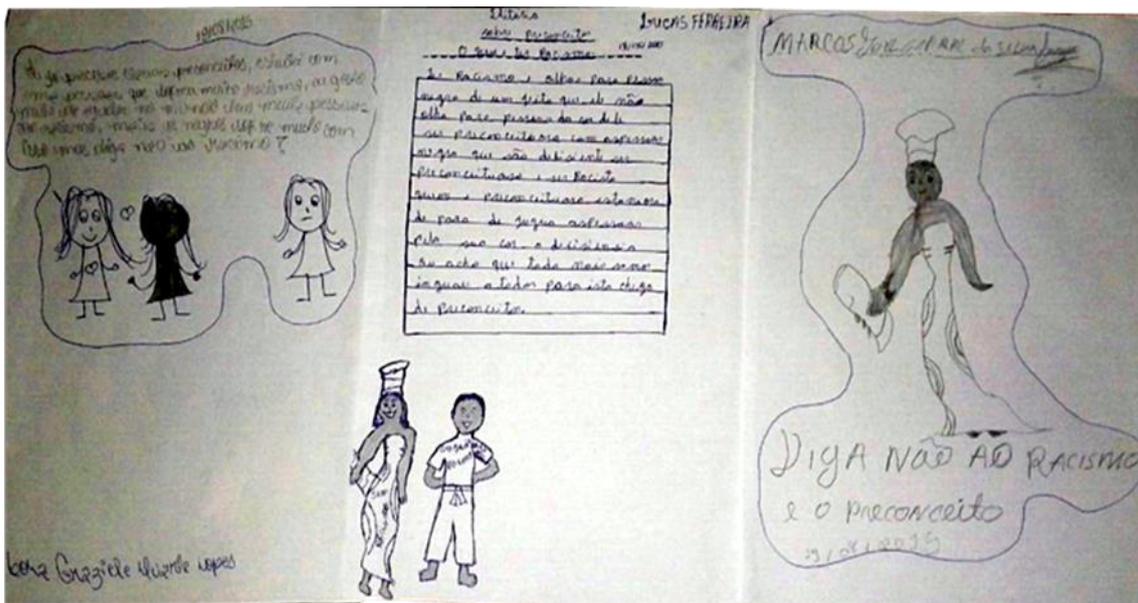


em que os alunos explanaram suas ideias e opiniões sobre preconceito a partir do poema “Para um negro”, discutido em roda de conversa. Os aprendizes expressaram seus conhecimentos acerca do que seria preconceito racial e das questões atinentes à cor da pele, o que redundou em produções de textos e imagens incríveis pós-poema.

Percebeu-se que os estudantes entendiam o significado de preconceito racial, pois já haviam presenciado “vários preconceitos”, identificando a cor da pele como a principal forma de manifestação de preconceito racial. Essas atividades buscaram despertar nos discentes uma autoanálise e autocrítica sobre valores e conceitos arraigados sobre a cultura negra e seu povo. Desse modo, “[...] a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos [...] introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (Munanga, 2008, p. 7).

Com isso, surge o papel do professor como um agente de transformação. Tal profissional propicia a construção da base para uma vida mais digna a todos, independentemente da condição social e racial de cada indivíduo. Através dessa atividade (Figura 5), buscou-se apontar caminhos para o melhor entendimento e levar os estudantes a uma busca e um aprofundamento maior sobre as questões raciais.

Figura 5. Resultado das atividades relacionadas ao poema “Para um negro”



Fonte: Acervo próprio (2016).



Além dessas intervenções em sala de aula, desenvolveu-se a coleta de dados na escola, que se deu mediante entrevista e desenvolvimento de um questionário, com vistas a saber o quanto alunos e professores tinham conhecimento sobre as manifestações afro-brasileiras e como a escola desenvolvia esse tema.

De início, entrevistou-se a professora da turma de EJA. A entrevista ocorreu na escola no dia 11 de novembro de 2015. Com base nos dados coletados, foi possível perceber que o binômio escola-professor pouco trabalhava as questões sobre a Cultura Afro-Brasileira e Africana, vindo a fazer essa abordagem somente com o advento do projeto de pesquisa que proporcionou essa consciência. Diante das respostas obtidas, levou-se em consideração a chave de correção do questionário, deduzindo-se que o assunto racial começava a ser discutido na escola, mas que a maioria dos professores não trabalhava nem comentava a existência do racismo na sociedade, tampouco no ambiente escolar.

Acreditava-se também no falso mito da democracia racial tão cogitado pelo sociólogo Gilberto Freyre, segundo o qual falar de racismo é incitar o ódio entre raças e que as desigualdades são apenas econômicas. A respeito disso, é preciso ter cuidado para que a Cultura Negra não se transforme em folclore e que a verdadeira história de resistência do povo negro não deixe de servir como exemplo de luta pela cidadania a todos os alunos.

Os livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental da EJA abordam conteúdos de fácil entendimento por parte dos discentes, no entanto não contemplam conteúdos que retratam a realidade dos mesmos, conforme apregoa a Lei nº 10.639/2003. Isso tem gerado uma grande preocupação e necessidade de se avaliar um livro que trate das questões reais vividas e sentidas no âmago das escolas brasileiras, “[...] porém o que se tem percebido, na maioria das vezes, é um ensino desvinculado da realidade do educando adulto [...], de conteúdos estanques que geram apenas um conhecimento abstrato” (Cavaglier, 2011, p. 13-14).

Nos dias de hoje, acontecem várias mudanças em sala de aula. O uso de novas tecnologias, as novas revisões nas diretrizes curriculares e as expectativas de aprendizagem impõem desafios constantes à produção do livro escolar. No Brasil, o livro

didático atinge seu propósito quando estabelece uma forte parceria com o professor. É possível perceber que professor e aluno, quando estão juntos, podem transformar a realidade da educação brasileira, pois é na construção de conhecimentos que se dedicam aos livros. Os livros didáticos, sem dúvida, devem conter ferramentas que estimulem a discussão sobre os conteúdos teóricos, a fim de permitir crescimento mútuo entre docentes e educandos e contribuir para uma aprendizagem mais significativa de inclusão, diversidade e direitos sem nenhuma estigmatização.

Para tanto, um bom começo é a constatação, percepção ou identificação que determinam a “transformação da representação social do negro no livro didático, como a convivência, por exemplo, é de grande importância no trabalho de formação de professoras e professores, para que as diferenças fenotípicas e culturais, entre outras, possam ser vistas sem estigmas e hierarquias” (Silva, 2011, p. 182).

Indubitavelmente são necessárias mudanças não somente dos educadores, mas de todos que desejam contribuir para o ensino com base no reconhecimento de pertença à ancestralidade étnico-racial e cultural africana dos brasileiros, especialmente no que diz respeito à produção e à utilização de material didático-pedagógico (Rocha, 2006; Souza, 2007).

CONCLUSÃO

Com a publicação da Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendente, percebeu-se a necessidade de abordagens específicas sobre as diversas regiões do país, estados e municípios nos livros didáticos investigados. O reconhecimento e a ampliação do aspecto sobre as africanidades e sobre os afrodescendentes na cultura facilitariam a aplicação dessa lei na realidade vivenciada nas escolas, possibilitando, pois, a eliminação de estereótipos, preconceitos, racismo ou até mesmo omissões de informações quanto à base cultural material e imaterial africana.

Entretanto, sabe-se que é necessário apontar alguns desafios que precisam ser enfrentados, e um deles é a formação dos profissionais voltada para essa temática, a qual



é de fundamental importância, pois constitui um elemento do tripé gestão educacional, formação docente e reforma curricular, ou seja, uma política educacional que tenha como meta gerar mudanças político-pedagógicas, sociais e culturais a partir da escola. Além desses desafios, cabe mencionar também a necessidade de se produzir materiais didáticos que abordem, de forma ampla e coerente, os conteúdos da História e Cultura Africana, considerando as diferenças e as diversidades internacionais, regionais e locais.

Por fim, compreende-se que tais desafios são atribuídos à educação, os quais são urgentes e necessários para que haja o fortalecimento de políticas públicas que venham garantir a igualdade racial e fortalecer a raiz africana do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACARAPE. *Projeto político-pedagógico das escolas Municipais Grupo 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Rocha Ramos*. Acarape: SME, 2012.

ALVES, A. R. S.; BOAKARI, F. M. Existe uma prática efetiva da Lei 10.639/03 no espaço escolar? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, [S.l.], v. 8, n. 18, p. 426-439, 2016.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003a.

BRASIL. Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2003b.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para



a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 maio 2004.

CAVAGLIER, M. C. S. *Plantas medicinais na Educação de Jovens e Adultos: uma proposta interdisciplinar para a Biologia e Química*. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Nilópolis, 2011.

CAVALLEIRO, E. S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na EDUCAÇÃO infantil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 438, de 2012. Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Fortaleza, 17 jun. 2013.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 27, p. 109-121, 2011.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2008.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

ROCHA, H. A. B. *O lugar da linguagem no ensino de História: entre a oralidade e a escrita*. 2006. 466 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, M. H. B. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A. C. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: UFBA, 2011.

SOARES, L. J. G. A Educação de Jovens e Adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 30-31, 1996.

SOUZA, M. M. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017*